

Instituto Tecnológico e Nuclear, I. P.

Despacho n.º 3461/2006 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Fevereiro de 2006 do presidente do conselho directivo do Instituto Tecnológico e Nuclear, I. P.:

António Manuel Rocha Paulo, Joaquim Carrasqueiro Marçalo de Almeida e Vasco Pires Silva da Gama, investigadores auxiliares do quadro de pessoal do ITN, João Domingos Galamba Correia, investigador auxiliar com contrato administrativo de provimento no ITN, e Fritz Elmar Kühn — nomeados definitivamente, os três primeiros e provisoriamente os dois últimos, precedendo concurso externo documental, investigadores principais, da carreira de investigação científica, do Instituto Tecnológico e Nuclear, escalão 3, índice 250, os três primeiros, e escalão 1, índice 220, os dois últimos, da área científica de química inorgânica, radioquímica e radiofarmácia, considerando-se exonerados dos seus anteriores cargos a partir da data da aceitação dos novos lugares. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Fátima Pereira Gonçalves*.

Despacho n.º 3462/2006 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Fevereiro de 2006 do presidente do conselho directivo do Instituto Tecnológico e Nuclear, I. P.:

António Cândido Lampreia Pereira Gonçalves, João Guilherme Martins Correia e Ulrich Whal, investigador auxiliar do quadro de pessoal do Instituto Tecnológico e Nuclear, I. P., e investigador auxiliar com contrato administrativo de provimento no Instituto Tecnológico e Nuclear, I. P., — nomeado definitivamente e nomeados provisoriamente, precedendo concurso externo documental, investigadores principais, da carreira de investigação científica, do quadro de pessoal deste Instituto, escalão 3, índice 250, e escalão 1, índice 220, respectivamente da área científica de Ciência e Tecnologia de Materiais, considerando-se exonerados dos seus anteriores cargos a partir da data da aceitação dos novos lugares. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Fátima Pereira Gonçalves*.

Despacho n.º 3463/2006 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Fevereiro de 2006 do presidente do conselho directivo do Instituto Tecnológico e Nuclear, I. P.:

Eduardo Jorge da Costa Alves, João Carlos Bentes Warenborgh, Maria de Fátima Duarte Araújo e Rui Manuel Coelho da Silva, investigadores auxiliares do quadro de pessoal do Instituto Tecnológico e Nuclear, I. P. — nomeados definitivamente, precedendo concurso externo documental, investigadores principais, da carreira de investigação científica, do quadro de pessoal deste Instituto, escalão 3, índice 250, da área científica de desenvolvimento e aplicação de técnicas analíticas nucleares e afins e tecnologias de radiação, considerando-se exonerados dos seus anteriores cargos a partir da data da aceitação dos novos lugares. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Fátima Pereira Gonçalves*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Portaria n.º 378/2006 (2.ª série). — Considerando o disposto no n.º 5 do artigo 15.º, no artigo 26.º e no n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, determino a classificação da peça a seguir identificada como bem de interesse público:

Topo de cruzeiro, Portugal, século XVI (início);

Mármore de Estremoz;

Dimensão: altura — 84 cm;

Topo de cruzeiro em mármore de Estremoz, com cruz de extremidades flordelizadas, tendo o corpo ornamentado com pequenos elementos em forma de flor (quadrifólios), perlados e encordoados. Na face principal da cruz tem a figura de um Cristo crucificado e, a seus pés, a representação de um São Jerónimo penitente. No verso da cruz, apresenta uma *Pietà*.

A peça assenta numa base oitavada sobre cesta decorada com elementos fitomórficos e bestialístico fantástico.

23 de Janeiro de 2006. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 3464/2006 (2.ª série). — 1 — Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 242/97, de 18 de Setembro, e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º, nos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 36.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e tendo em conta que o currículo académico e profissional publicado em anexo evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias ao cargo em que é investido, nomeio, em comissão de serviço, no cargo de subdirector do Teatro Nacional de São João, Salvador Pereira dos Santos.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2006.

15 de Janeiro de 2006. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

ANEXO

Síntese curricular

Salvador Santos.

Produtor e gestor cultural.

Nasceu em 1949, em Lisboa.

Foi animador cultural na segunda metade dos anos 60, em Lisboa. Entre 1971 e 1973 estagiou como actor na Companhia Teatral de Angola, em Luanda.

Iniciou a sua actividade profissional no teatro em finais de 1973, tendo desempenhado até ao início da década de 80 funções de actor, ponto teatral, técnico de som, técnico de luz e director de cena em diversas companhias e grupos de teatro.

Em 1981 ingressou no Teatro Nacional D. Maria II (TNDMII) como ponto teatral, função que ocupou até 1987, ano em que se tornou assistente de director de produção, acumulando posteriormente este cargo com o de adjunto de director técnico.

Em 1991 assumiu as funções de director de produção do TNDMII, desempenhando-as ininterruptamente até Agosto de 1997.

Foi, igualmente, entre 1991 e 1993 director de produção do Festival Internacional de Teatro, promovido pela Secretaria de Estado da Cultura.

Na década de 90 produziu ainda ópera no Teatro Nacional São Carlos e televisão para a RTP, comissariou exposições de artes plásticas no Rio de Janeiro e em São Paulo e dirigiu digressões de espectáculos portugueses por terras de Espanha, França, Bélgica e Brasil.

Em Setembro de 1997 foi nomeado subdirector do Teatro Nacional São João (TNSJ), responsável pelo pelouro da produção e da técnica, cargo que exerceu até Setembro de 2000.

Em 1997, 1999 e 2004 foi director de produção do festival PoNTI (Porto. Natal. Teatro Internacional), organizado pelo Ministério da Cultura.

Entre 1998 e 2000 foi membro da direcção da Associação Amigos do Coliseu do Porto, em representação do Ministério da Cultura.

Entre Maio e Dezembro de 2001 exerceu o cargo de director de produção de Porto 2001 — Capital Europeia da Cultura, regressando depois, nessa mesma qualidade, ao TNDMII.

Desde 2003 é professor de produção cultural nos cursos de pós-graduação em Gestão Cultural promovidos pela Associação Portuguesa de Gestão Cultural.

Actualmente, é, de novo, desde 13 de Setembro de 2002, subdirector do TNSJ.

Despacho n.º 3465/2006 (2.ª série). — Nos termos da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, e dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, delego no presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), licenciado Elísio Costa Santos Summavielle, com a possibilidade de subdelegação dentro dos limites da lei, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

1 — Em matéria de competências específicas:

1.1 — Aceitar depósitos de bens culturais, desde que deles não resultem encargos nem responsabilidades para o Estado;

1.2 — Autorizar a realização de obras ou intervenções em bens imóveis classificados ou em vias de classificação, nos termos dos artigos 15.º e 51.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro;

1.3 — Autorizar fotografar, filmar, copiar ou reproduzir obras de arte e espécies documentais, fixando as respectivas condições, sem prejuízo dos regulamentos especiais em vigor ou que vierem a ser aprovados;

1.4 — Autorizar a cedência a título precário de espécies de obras de museus, palácios e demais serviços dependentes do IPPAR para